



# Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Agropecuária

AGOSTO 2021  
Nº 10

Esta é a primeira de uma série de quatro notas que reportam os resultados do estudo *Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal*, desenvolvido no âmbito do projeto Amazônia 2030 (AMZ 2030). O estudo aprofunda a discussão sobre a vitalidade econômica da Amazônia Legal com base na identificação das ocupações e dos setores que mais têm contribuído para a geração de emprego e renda na região no período recente (2012-2019). O trabalho utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup> e dá continuidade à pesquisa sobre a dinâmica do Mercado de Trabalho na Amazônia Legal, que iniciou a série de publicações do AMZ 2030.<sup>2</sup> Nesta nota, apresentamos os resultados do estudo referentes às ocupações relacionadas ao setor de Agropecuária na região amazônica.

A Figura 1 abaixo mostra que houve uma queda expressiva, de cerca de 16%, do emprego em ocupações relacionadas à agropecuária (agricultura, pecuária, criação de animais e extrativismo florestal) na Amazônia Legal entre 2012 e 2019, o que representa uma perda de 322 mil postos de trabalho. Em contraste, sabe-se que esse foi um período de recrudescimento do desmatamento na região. A figura mostra que a área desmatada aumentou significativamente, de 4.571 km<sup>2</sup> para 10.129 km<sup>2</sup>, no período. Já a área ocupada pelas atividades de cultivo e pastagens cresceu 8,4% no período, de acordo com dados do MapBiomas.<sup>3</sup> Ou seja, os números mostram que as atividades relacionadas à agropecuária, que são as que mais interferem com a floresta, não se beneficiaram do desmatamento, pelo menos não em termos de empregos

---

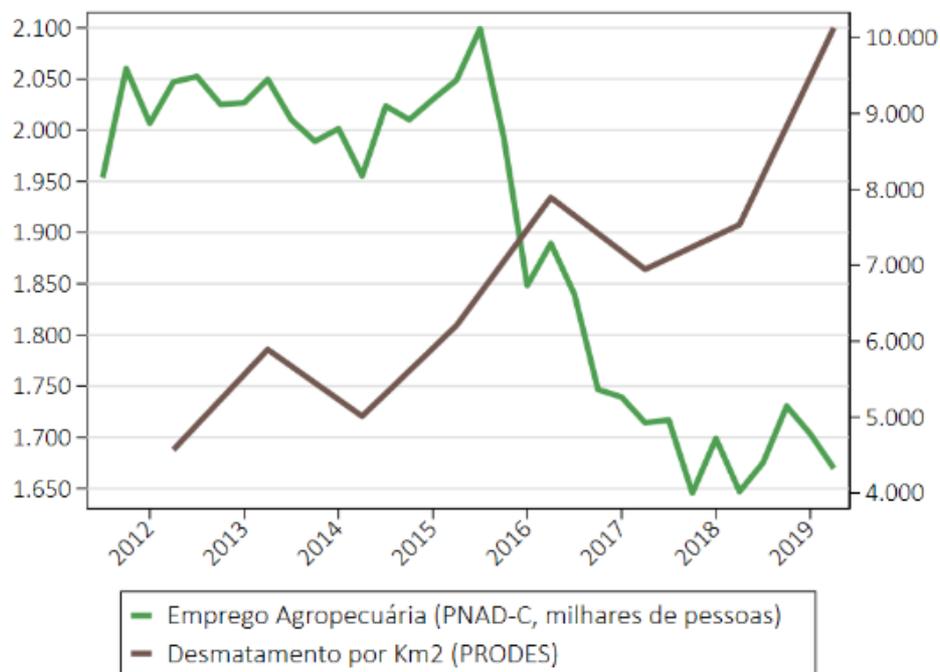
<sup>1</sup> As inovações metodológicas da PNAD-Contínua em relação à PNAD, descontinuada em 2015, permitiram uma maior cobertura da população residente nos domicílios na Amazônia Legal, ampliando a capacidade de diagnóstico sobre o mercado de trabalho na região. Enquanto a PNAD entrevistava cerca de 151 mil domicílios em cada ano, a PNAD-Contínua entrevista, aproximadamente, 211 mil domicílios em cada trimestre, dos quais 36 mil estão na Amazônia Legal.

<sup>2</sup> Alfenas, Flávia, Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga. *Mercado de Trabalho na Amazônia Legal: Uma análise comparativa com o resto do Brasil*. Rio de Janeiro: Amazônia 2030, 2020. [bit.ly/3l3ANpF](https://bit.ly/3l3ANpF).

<sup>3</sup> MapBiomas. Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Data de acesso: 6 de julho de 2021. [bit.ly/3rtBxp2](https://bit.ly/3rtBxp2).

gerados. Pelo contrário, os postos de trabalho em ocupações relacionadas à agropecuária caíram consideravelmente no período.

Figura 1. Evolução do Desmatamento e do Emprego na Agropecuária, Amazônia Legal, 2012-2019



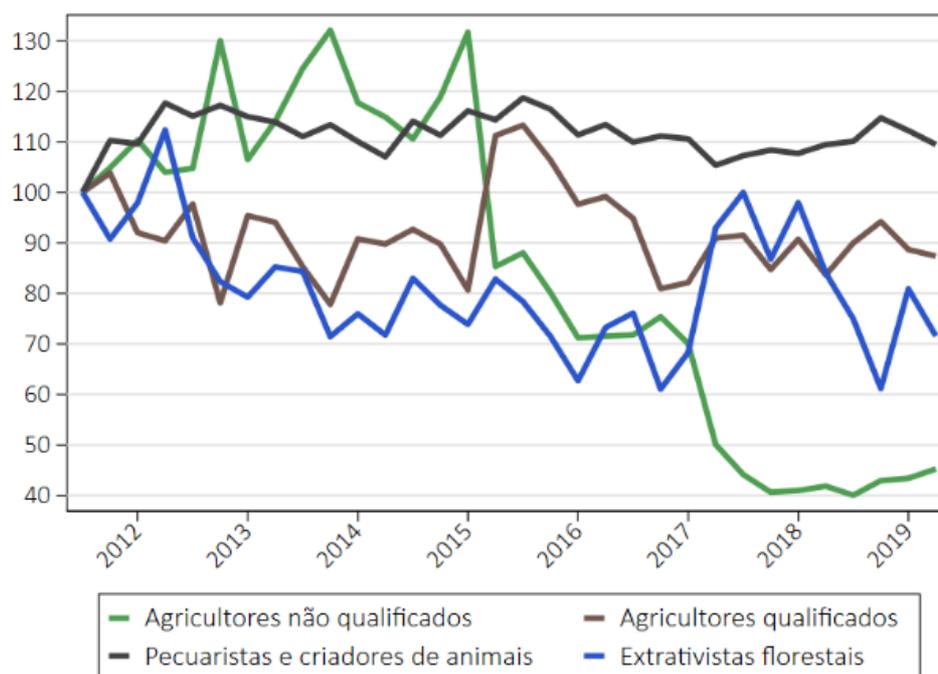
Fonte: Amazônia 2030 com base nos dados de PNAD Contínua Trimestral do IBGE

A Figura 2<sup>4</sup> mostra que essa queda do emprego nas atividades relacionadas à agropecuária não foi uniforme. A figura apresenta as variações, entre 2012 e 2019, do número de pessoas ocupadas por quatro grandes grupos de ocupação: agricultores não qualificados;<sup>5</sup> agricultores qualificados; pecuaristas e criadores de animais; e extrativistas florestais. A maior redução do emprego ocorreu entre os agricultores não qualificados, uma queda de aproximadamente 70% entre 2015 e 2019, provavelmente como reflexo da crescente mecanização das lavouras. No entanto, a figura mostra que o emprego dos agricultores qualificados também caiu na região: cerca de 20% desde 2015. A única ocupação que apresentou um pequeno aumento do emprego no período foi a de pecuaristas e criadores de animais. Já os trabalhadores extrativistas florestais, apesar da maior volatilidade ao longo do período, também sofreram uma redução significativa de emprego, cerca de 30% entre 2012 e 2019.

<sup>4</sup> Para facilitar a visualização, normalizamos o número de pessoas ocupadas em 2012 para o valor 100 de forma a ilustrar a variação relativa ocorrida ao longo do período.

<sup>5</sup> Consideramos agricultores não qualificados aqueles que têm um nível elementar de competência, de acordo com a terminologia do IBGE, que segue a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) de 1988. Ou seja, as atividades desempenhadas por quem está classificado nestas ocupações são elementares, não exigindo qualificação.

Figura 2. Evolução do Emprego na Agropecuária por Ocupação, Amazônia Legal, 2012-2019



Fonte: Amazônia 2030 com base nos dados de PNAD Contínua Trimestral do IBGE

A Tabela 1 apresenta uma caracterização mais completa do emprego no setor de agropecuária na região, com uma série de informações desagregadas para os quatro grandes grupos de ocupação, como rendimentos, número de pessoas ocupadas, grau de formalização, entre outras. A agropecuária é uma das atividades que mais empregam na Amazônia Legal: são cerca de 1,7 milhão de pessoas (15,9% do total de 10,6 milhões de pessoas ocupadas na região). No entanto, observa-se uma redução significativa da importância relativa do emprego neste setor, com queda de 16% do número de pessoas ocupadas na agropecuária entre 2012 e 2019 na Amazônia Legal, o que contrasta com o aumento de 5,3% no emprego total na região no mesmo período.

A tabela revela ainda a precariedade a que estão submetidos os trabalhadores ocupados na agropecuária na região. Embora a renda média dos trabalhadores na agropecuária tenha crescido 29% de 2012 a 2019, os trabalhadores ocupados em atividades da agropecuária recebiam, em média, apenas R\$ 829 no último ano desse período, menos da metade do rendimento médio na região (R\$ 1.692). A taxa de formalização na agropecuária também é baixíssima, com 85,1% dos trabalhadores na informalidade, cerca de 25 pontos percentuais acima da também alta taxa de informalidade da região como um todo, de 59,4%.

Tabela 1. Caracterização do Emprego na Agropecuária, Amazônia Legal, 2012-2019

	Variação 2012-2019			2019			
	Emp. Total	Emp. (%)	Rendi. (%)	Emp. Total	Rendi. (R\$)	Formal (%)	Privado (%)
Total	537.822	5,3	3,4	10.632.195	1.692	40,6	84,2
Agropecuária	-322.204	-16,0	29,1	1.694.702	829	14,9	99,9
<b>Ocupações em agropecuária</b>							
Pecuaristas e criadores de animais	16.016	2,0	18,7	799.419	1.118	22,7	100,0
Extrativistas florestais	-38.877	-28,1	-3,4	99.690	503	10,6	99,9
Agricultores qualificados	-44.654	-6,7	15,4	618.948	604	9,1	99,9
Agricultores não qualificados	-254.690	-59,0	55,0	176.646	498	7,7	99,9

Fonte: Amazônia 2030 com base nos dados de PNAD Contínua Trimestral do IBGE

A Tabela 1 também mostra que, independentemente do nível de qualificação exigida, a renda média e o grau de formalização dos agricultores na região são muito baixos. Conforme se pode observar, os agricultores não qualificados eram a categoria com menor rendimento, recebendo em média R\$ 498 em 2019. Possuíam, igualmente, a menor taxa de formalização, meros 7,7%. Entre os agricultores qualificados, a renda média também era muito baixa, de R\$ 604, e a taxa de formalização correspondia a apenas 9,1%. Já o extrativismo florestal, tido como uma atividade potencialmente promissora por fazer uso da vantagem competitiva da floresta, revela-se ainda pouco atrativo em razão de seu baixo rendimento médio do trabalho. Havia aproximadamente 100 mil extrativistas florestais ocupados na Amazônia Legal, em 2019, com renda do trabalho média de R\$ 503. A taxa de formalização da ocupação era de apenas 10,6%. Pecuaristas e criadores de animais, por sua vez, tinham renda média do trabalho bem maior, de R\$ 1.118, em 2019. A taxa de formalização, embora mais do que o dobro da observada para as demais ocupações em agropecuária, era também relativamente baixa, com apenas 22,7% dos trabalhadores ocupados nesta ocupação fazendo parte do mercado de trabalho formal.

A tabela comprova que a queda do número de pessoas ocupadas na agropecuária reflete, sobretudo, o grande declínio do número de agricultores não qualificados, de 59%, o que representa uma redução de 255 mil postos de trabalho. Esse declínio mais do que compensou o tímido crescimento do número de pessoas ocupadas na pecuária e criação de animais, de 2% entre 2012 e 2019 (Tabela 1). Caiu também o número de pessoas ocupadas como agricultores qualificados na região (redução de 45 mil postos de trabalho, o que representa uma queda de

7% entre 2012 e 2019), bem como o número de extrativistas florestais (queda de 28%, cerca de 39 mil trabalhadores a menos).

O estudo analisou os dados por ocupação na agropecuária para todas as unidades da federação da região. Dentre alguns contrastes observados, a Tabela 2 ressalta aquele existente entre os estados do Mato Grosso e do Pará. Destacamos esses dois estados nesta nota, pois são os que mais desmataram no período analisado e, juntos, representam cerca de 48% do número total das pessoas ocupadas na Amazônia Legal.<sup>6</sup> A tabela ilustra uma situação de maior precariedade dos trabalhadores ocupados na agropecuária no Pará quando comparada ao Mato Grosso, o que reflete, em parte, diferenças de escolaridade, renda per capita e da composição da produção do setor agropecuário entre os dois estados. De acordo com a tabela, o rendimento médio do trabalho no Mato Grosso (R\$ 2.301), em 2019, era 50,7% mais alto do que no Pará (R\$ 1.527). No setor de agropecuária, essa diferença é muito mais pronunciada: no Mato Grosso, o rendimento médio era de R\$1.790, 142% maior do que o rendimento médio no Pará (R\$ 739), o que provavelmente reflete um grau de mecanização e de qualificação da mão-de-obra superior neste setor no Mato Grosso.

A tabela mostra ainda que, no Mato Grosso, o número de trabalhadores ocupados na agricultura qualificada cresceu 64,5% entre 2012 e 2019. Ressalta-se que a renda média do trabalho dos agricultores qualificados no Mato Grosso (R\$ 2.024), em 2019, era mais de três vezes superior ao rendimento do trabalho médio dos agricultores qualificados no Pará (R\$ 639). A taxa de formalização dos agricultores qualificados no Mato Grosso, de aproximadamente 32%, também era bem superior à observada no Pará (5,7%). A tabela também mostra que houve um aumento de 18,2% de pecuaristas e criadores de animais no Mato Grosso, entre 2012 e 2019. O rendimento médio desses trabalhadores era bem mais alto no Mato Grosso (R\$ 1.741) em 2019, quase o dobro do observado no Pará (R\$ 959). Já a taxa de formalização de todas as ocupações relacionadas à agropecuária no estado do Pará (10,6%) era bastante inferior à observada no Mato Grosso (39%).

---

<sup>6</sup> O Pará era o estado da região com maior volume de emprego em 2019 - 3,45 milhões de pessoas ocupadas. Mato Grosso vinha em segundo com 1,68 milhão de pessoas ocupadas.

Tabela 2. Variação e Contingente da População Ocupada na Agropecuária, Pará e Mato Grosso, 2012-2019

Variação 2012-19				2019			
<b>PARÁ</b>							
	Emp. total	Emp. (%)	Rendi. (%)	Emp. Total	Rendi. (R\$)	Formal (%)	Privado (%)
Total	211.578	6,5	0,6	3.450.202	1.527	33,7	85,7
Agropecuária	-21.129	-3,8	15,4	541.617	739	10,6	100,0
Pecuaristas e criadores de animais	-1.723	-0,7	15,2	239.902	959	15,8	100,0
Extrativistas florestais	14.773	51,0	-35,3	43.753	488	9,6	100,0
Agricultores não qualificados	-16.306	-16,3	19,7	83.696	446	7,3	100,0
Agricultores qualificados	-17.874	-9,3	22,7	174.266	639	5,7	100,0
<b>MATO GROSSO</b>							
	Emp. total	Emp. (%)	Rendi. (%)	Emp. Total	Rendi. (R\$)	Formal (%)	Privado (%)
Total	206.066	14,0	1,9	1.682.885	2.301	58,4	87,7
Agropecuária	19.916	11,2	15,5	198.046	1.790	39,0	99,9
Pecuaristas e criadores de animais	22.416	18,2	14,8	145.504	1.741	41,0	100,0
Extrativistas florestais	-4.307	-50,3	48,2	4.249	2.350	45,8	99,5
Agricultores não qualificados	-13.961	-63,3	11,7	8.092	1.224	33,4	99,2
Agricultores qualificados	15.768	64,5	-4,3	40.202	2.024	31,9	99,6

Fonte: Amazônia 2030 com base nos dados de PNAD Contínua Trimestral do IBGE

## Autores

**Flávia Alfenas**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

**Francisco Cavalcanti**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

**Gustavo Gonzaga**

[gonzaga@econ.puc-rio.br](mailto:gonzaga@econ.puc-rio.br)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

*Este trabalho é financiado por Instituto Clima e Sociedade (iCS).*

*O trabalho se beneficiou de comentários e sugestões de Beto Veríssimo, Juliano Assunção, Paulo Barreto e demais participantes das reuniões virtuais do projeto Amazônia 2030, a quem agradecemos. Os erros remanescentes são de nossa responsabilidade.*

### Citação sugerida

Gonzaga, Gustavo, Francisco Cavalcanti e Flávia Alfenas. *Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Agropecuária*. Amazônia 2030, 2021.

### Sobre o Amazônia 2030

O projeto **Amazônia 2030** é uma iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira. Nosso objetivo é que a região tenha condições de alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais em 2030.

**Assessoria de Imprensa** (O Mundo que Queremos)

[amazonia2030@omundoquequeremos.com.br](mailto:amazonia2030@omundoquequeremos.com.br)

**Contato**

[contato@amazonia2030.org.br](mailto:contato@amazonia2030.org.br)

Instituições parceiras

